



ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2011

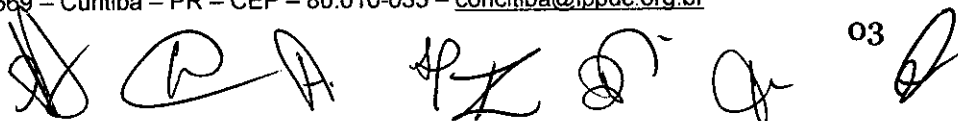
Aos QUINZE dias do mês de dezembro de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, no Auditório do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, situado na Rua Bom Jesus, nº 669, bairro Cabral, nesta Capital, realizou-se a DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA do Conselho da Cidade de Curitiba - CONCITIBA, sob a direção do Sr. Ricardo Antonio de Almeida Bindo, presidente suplente deste conselho. Estiveram presentes os conselheiros, conforme lista de presença anexa e parte integrante desta Ata. O Presidente Suplente Ricardo Bindo deu início à reunião agradecendo a presença de todos. Abrindo os trabalhos, apresentou a pauta, com os seguintes temas: Operação Urbana Consorciada - Linha Verde, apresentada pela Secretária Municipal do Urbanismo, Sueli Hass e o Superintendente Roberto Marangon; Plano Diretor de Drenagem, apresentado por Wilson Almeida Junior e Edu José Franco - SMOP; Marlise Teresa Eggers Jorge - IPPUC. Em seguida, propôs a aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária, a qual não tendo nenhuma observação, foi aprovada pela Plenária. Dando prosseguimento, passou a palavra ao Sra. Emanoele Leal, Coordenadora Técnica da Secretaria Executiva deste Conselho, para relatar os informes, referente a justificativas da ausência da conselheira: Juliana Leite Cabral - Titular; sendo convocado o suplente Alexandre Nascimento Pedrozo. Dando continuidade a reunião, passou a palavra ao Presidente suplente Ricardo Bindo, comunicou que houve retomada dos estudos e a avaliação de alternativas tecnológicas e de localização para implantação do desvio Contorno Ferroviário Oeste de Curitiba, parte do Plano Diretor Multimodal, elaborado pelo IPPUC em conjunto com a superintendência do DNIT no Paraná, Coordenação de Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e as prefeituras da Região Metropolitana paralisado em Brasília, durante um ano e que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) entrou no processo em parceria com a Prefeitura e será realizado um novo Projeto sobre o referido desvio do ramal ferroviário. Em seguida, passa a palavra para a Sra. Sueli Hass e o Sr. Roberto Marangon para apresentação da proposta da Operação Urbana Consorciada - Linha Verde. A Operação Urbana



consiste de intervenções no eixo da Linha Verde, desde o Contorno Sul até o Atuba, envolvendo 22 bairros ao longo da Linha Verde. Os investimentos serão realizados pela Prefeitura com recursos provenientes do lançamento da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACS) lançados na Bolsa de Valores. Os recursos obtidos ficarão em conta específica do Banco do Brasil, a aplicação será fiscalizada pela Caixa Econômica Federal e a emissão dos títulos monitorada pela Comissão de Valores Mobiliários. Todo dinheiro o deverá obrigatoriamente ser investido na área delimitada pela lei, sem que o recurso passe pelo caixa do município. Após a apresentação, contendo todos os detalhes da operação, iniciaram-se os questionamentos pelos Conselheiros. O Conselheiro Alexandre Pedrozo discorre sobre a qualificação da Operação no que se refere ao combate à desigualdade e a exclusão. Questionou: 1- A utilidade desta apresentação hoje no Conselho, se o Projeto de Lei sobre a Operação já está tramitando e será votada, hoje, na Câmara; 2- Os programas de obras. Como está na Lei, ainda um plano genérico, para ser posteriormente detalhado; 3- O Estudo Prévio de Impacto e o EIA RIMA, informou que em São Paulo, o EIA RIMA, está sendo colocado antes do Projeto de Lei; 4- Externou preocupação sobre a questão habitacional; 5- A concorrência do mercado imobiliário para essa área; 6- Os resultados dos estudos da FIPE. Conclui opinando que o Projeto de Lei precisa ser mais bem qualificado e debatido e para isso necessita um tempo maior *isso*, e não entendendo a pressa para aprovar a Operação agora. A Secretária Sueli Hass, informou que, sobre a viabilidade econômica, todos os dados levantados pela FIPE, da parte do mercado imobiliário, construção civil. Uma das condições que a Comissão de Valores Imobiliários – CVM exige é que devem ser comprovados os valores apresentados, que eles tenham lastro e que ele coloque em pé a Operação, pois estão pautados em cima destes estudos. O cálculo foi realizado considerando-se o menor valor do terreno, o menor valor de investimento e o menor valor de acréscimo de área construída, quer dizer trabalhamos sempre com o valor mais baixo. Acrescentou que, comparar com São Paulo não é correto, porque a realidade é completamente outra onde o coeficiente básico é 01(um) em toda cidade e não existe disponibilidade de terra. Aqui, em Curitiba, estamos trabalhando com uma área disponível muito grande, com uma ~~a~~ realidade é totalmente diferente onde existe lastro para o investimento. A



grande vantagem, na área da Linha Verde, é que os terrenos são mais baratos, e o tipo de investimento e contrapartidas colocadas equipara-se a um potencial do setor estrutural, portanto a concorrência não é desleal. Em relação à parte social, ao longo do perímetro da Operação Urbana, o IPPUC levantou em torno de 16 a 17 núcleos de assentamento que serão requalificados no mesmo perímetro e somente nos casos onde não for possível a requalificação na mesma área é que serão recolocados. Haverá um trabalho junto ao grupo gestor, com programas específicos voltados para área social e ambiental. Para ser lançada uma discussão em relação ao EIA RIMA, é necessário ter uma Lei aprovada, essa é uma condição da própria CVM. A Lei só entrará em vigência quando for aprovado o EIA RIMA. O conselheiro, Alfredo Trindade, diz que o EIA RIMA é um instrumento superior e, pela Resolução 237, ele abarca tanto o ambiental quanto o urbano, sendo superior, hierarquicamente, ao Impacto de Vizinhança. A Secretária Sueli Hass informou que a condição da CVM para lançamento da Operação é aprovação da Lei e do EIA RIMA. A conselheira Andrea Braga, perguntou: 1- sobre a comissão formada por vários órgãos, entre eles o CONCITIBA, no Projeto de Lei há uma representação de cada um dos locais e como era indicada a representação do CONCITIBA. A Secretária Sueli Hass responde que será definido pelo próprio CONCITIBA, como será eleito o representante, e posteriormente será regulamentado através de Decreto, e também poderá haver um rodízio entre os representantes. O conselheiro Érico Morbis parabenizou a exposição e falou que é um projeto extremamente complexo. Sobre a formação do Conselho Gestor, fala que a composição, com maioria do poder público, fica sem paridade. Falou também da sua preocupação da não colocação no Projeto da questão do cabeamento subterrâneo. Perguntou se a Linha Verde terá cabo aéreo. Disse ainda que confia no corpo técnico da Prefeitura e se diz satisfeito. A Secretária respondeu que em relação ao cabeamento, diz que é uma necessidade e será desenvolvido um projeto posteriormente, e essas ações poderão ser adotadas na medida em que a população aprovar e se tiver recursos. O detalhamento não é necessário neste momento. Foi apresentada a constituição do Grupo Gestor composta por órgãos do município e da sociedade civil foram relacionados os órgãos do município, da sociedade civil, as entidades da construção civil, mercado imobiliário. Afirmou que a Operação Urbana

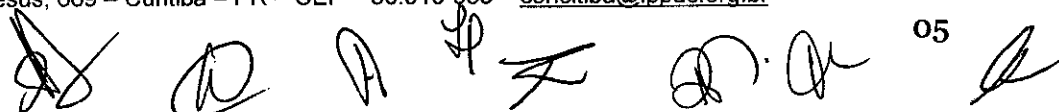

 03



implica em um projeto de longo prazo. A Secretária Sueli Hass diz que a Secretaria do Urbanismo está à disposição para contatos e possível apresentação em algum órgão de classe, para promover esses encontros de apresentação e esclarecimentos e agradece a atenção de todos. Dando prosseguimento o Presidente suplente Ricardo Bindo, convida o Sr. Wilson Almeida Junior, funcionário da Secretária Municipal de Obras Públicas - SMOP para fazer a apresentação referente ao Plano Diretor de Drenagem. O Sr. Wilson disse que este é um trabalho realizado em conjunto entre a Secretaria Municipal de Obras Públicas, IPPUC e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a empresa contratada COBRAPE. Em seguida convidou o Sr. Edu José Franco engenheiro civil, responsável técnico pela empresa Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimento – COBRAPE a quem cabe a elaboração do PPD, para fazer a exposição do Plano. Resumidamente foi esclarecido que o plano diretor é um instrumento de planejamento e gestão, voltado à mitigação de enchentes urbanas atuando no sistema de macrodrenagem de Curitiba, se uma região é afetada pelo transbordamento do rio, é no plano diretor que você vai encontrar alternativas para evitar que o problema se estabeleça ou para diminuir os impactos, se já se tratar de problemas recorrentes. No plano diretor, as alternativas estarão organizadas segundo uma ordem de prioridade em que uma complementa a outra, tomando o sistema mais eficaz. Os custos de projeto, das obras, dos programas associados, os custos de operação e de manutenção estarão listados nos documentos do plano. O PDD esta organizado em duas partes, uma contendo as políticas para o tratamento dos conflitos existentes da drenagem urbana, o suporte legal necessário para que esta política funcione, a análise do sistema existente, que serve de memória justificativa para o sistema de controle de enchentes proposto, e outra com os custos de implantação e os demonstrativos de viabilidade econômica. É com estas duas partes que a prefeitura irá a busca de recursos para implementação do sistema. Após a apresentação o Presidente Ricardo Bindo, informou que as informações estarão disponíveis, para consulta, pelo *site* do CONCITIBA. A conselheira Andrea Braga solicita que o plano seja mais detalhado, no que se refere às áreas de ocupações e de regularização fundiária, e pergunta: 1- se o plano prevê recursos nas situações que já ocorreram enchentes; 2- como funciona o processo das audiências públicas; 3- em que locais são



realizadas e 4- como é divulgado para a população. O Sr. Edu José Franco responde que em relação às áreas de ocupação irregular, essas pessoas não podem ficar nesta área de risco e isso gera conflito na parte habitacional. Esse elemento está sendo discutido com a COHAB e Urbanismo. Informou que existem recursos para que as pessoas que estão em área de risco sejam atendidas com prioridade dentro do programa de controle de cheias. Comunicou que as audiências são divulgadas em mídia de alta circulação, e também por Decreto Municipal. Existe também o *site* que é permanente forma de comunicação. Informou que no dia 06/12 foi realizada na Regional Boa Vista. A Sra. Marlise Jorge informou que o Plano Diretor de Drenagem do município está ligado ao Plano Diretor de Drenagem Estadual e assim obteve verbas do PAC por parte do governo federal para confecção de projetos, em torno de 27 projetos de mitigação de enchentes, e mais verbas para obras. O Plano é usado como um estudo de concepção básica e que é uma exigência do Ministério das Cidades. Para essa gama de obras de mitigação para enchentes nas áreas de Área de Proteção Ambiental - APA, e Área de Preservação Permanente - APP, será discutido entre os técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, da Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA Meio Ambiente no sentido de definir o que fazer e qual seria a alternativa mais viável. Esta etapa ainda não está muito aprofundada. O conselheiro Alexandre Pedrozo parabenizou a apresentação e perguntou que atenção tem sido dado com relação a pouca capacidade dos municípios vizinhos de elaborar projetos que dizem respeito a essas bacias hidrográficas metropolitanas. O conselheiro Edison Reva, da Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos, informou que este trabalho deve ser feito de forma conjunta. Hoje há um alinhamento do governo municipal da principal cidade da região metropolitana com o governo estadual, o que não ocorria antes. Há um bom trato com o governo e os municípios. Houve reuniões em que os municípios foram chamados a indicar os seus principais problemas e pontos de ação, e o governo do estado já sinalizou um recurso no valor de mais de 7(sete) milhões de reais para uma ação preventiva visando as chuvas de verão. É o início de um processo para tentar organizar isso, já com ações efetivas. A Sra. Marlise Jorge informou que essas ações são realizadas em conjunto com a COMEC, Instituto de Águas do Paraná –

 05 



ÁguasParaná, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos - SMAM, SMMA, SMOP e IPPUC, que estão se reunindo ao mesmo tempo da realização do Plano e que as integrações necessárias estão acontecendo. O conselheiro Érico Morbis lembrou que a única incursão pontual a respeito de enchentes, foi do Prefeito Greca. O Prefeito Ducci, médico, é o primeiro político a ocupar um cargo de Prefeito em Curitiba que está olhando para algo que vai demorar trinta anos, não é comum isso. Parabenizou o Prefeito. Recordou que a Presidente Dilma havia falado sobre um programa ou plano nacional sobre enchentes, perguntando se tem informações mais atualizadas obre este assunto e ainda perguntou sobre trabalhos realizados em outras cidades e se comparativamente como se encontrava a cidade de Curitiba. O Sr. Edu José Franco diz que Curitiba está atrás de Porto Alegre, que tem problemas muito mais graves e trabalha nisso a muito mais tempo. Problemas que aconteceram em São Paulo podem ser evitados por aqui. Estamos mais adiantados que Joinville no desenvolvimento do controle de enchentes. Estamos atrás, nas ações, de Belo Horizonte e São Paulo. A Sra. Marlise Jorge informou que a Presidente Dilma lançou o Programa de emergência de vulnerabilidade das áreas de risco, encostas, para atender os municípios de Joinville, Morretes e Rio de Janeiro, diretamente. O conselheiro Edison Reva enfatizou que pode haver o melhor Plano Diretor mais bem feito, mas nunca conseguirá acabar com as enchentes. Teremos enchentes, é inevitável. Porém é necessário ter uma estrutura já pronta, para que o governo federal não precise tomar medidas emergenciais como essa. Dando prosseguimento o Presidente suplente Ricardo Bindo, informou sobre apresentação dos Relatórios das Câmaras Temáticas de Habitação e Mobilidade. A conselheira Andrea Braga comunicou que o Relatório da Câmara Temática de Habitação ainda não foi finalizado, e informou que haverá uma reunião no dia 19/12, para finalizar alguns pontos. O Conselheiro Érico Morbis, informou que as duas Câmaras Técnicas estão trabalhando bastante, com reuniões quase semanais. E duas constatações, tanto a COHAB quanto o IPPUC estão muito bem equipados em termos de informações, estrutura de apoio, pessoal técnico, faltando apenas vontade política para acelerar as decisões. E quanto à entrega dos Relatórios, marcada para dezembro, sendo transferida para fevereiro/março de 2012, conforme o Presidente suplente Ricardo

[Handwritten signatures and initials] 06 *[Handwritten mark]*



Bindo, comunicou. Informou, ainda, que foi distribuída a cópia do Relatório da Câmara Temática de Mobilidade a todos os conselheiros nessa reunião. O Presidente suplente Ricardo Bindo, confirmou que, a princípio, a pauta da próxima reunião seria a apresentação dos dois relatórios. A conselheira Andrea Braga apresentou um documento específico relacionado à realização de mega eventos e Copa Mundo. Entregou um dossiê para os Conselheiros para fazer a discussão. Este documento foi produzido em todas as cidades sedes da Copa do Mundo. O documento é entregue à Secretaria Executiva do CONCITIBA. O Presidente suplente Ricardo Bindo, comunicou que será realizado um relatório, reunião, sobre as ausências dos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Ricardo Bindo, presidente desse conselho, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 12 horas.

Curitiba, 15 de dezembro de 2011.

Ricardo Antonio Bindo – Suplente
Presidente Suplente - IPPUC

Teresa Cristina R. Torres – Titular
IPPUC

Alfredo Vicente Trindade – Titular
SMMA

Edison Reva – Suplente
SMAM

Hélio Bampi – Titular
FIEP

Andrea Luiza Currelino Braga – Titular
CRESS-PR

Roberto Marangon – Suplente
SMU

Ubiraitá Antonio Dresh – Titular
SINDUSCON

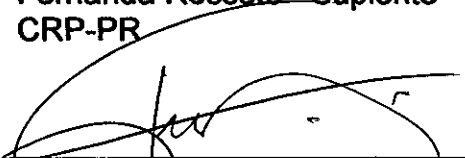
Érico Morbis – Titular
SIITEP

Rivail Vanin Andrade – Titular
Universidade Positivo



Fernanda Rosseto - Suplente
CRP-PR

Alexandre N. Pedrozo - Suplente
AMBIENS



Izael Aquino da Silva - Suplente
União das Assoc. e Líder Comunitário
Regional Portão